Proletários de todos os países, uní-vos!

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

A SÊCA E OUTRAS CALAMIDADES NO NORDESTE

Pág. 4

DERROTAR A DITADURA NA HORA ELEITORAL

PÁG. 2

GORDON CONFESSA TRAMA DO GOLPE

Pág. 7

SOLIDARIEDADE COMBATIVA

Pág. 12

MODÊLO ECONÔMICO FALIDO

Pág. 8

Nº 111 Outubro de 1976 Ano XII

DERROTAR A DITADURA NA FARSA ELEITORAL

Estão marcadas para 15 de novembro as eleições municipais em todo o país. ARENA e MDB mobilizam-se em busca de apoio do eleitorado às suas legendas e candidatos. Em pessoa, Geisel empenha-se na campanha eleitoral, tentando assegurar uma vitória, mesmo pequena, ao partido oficial, vitória que considera indispensável ao fortalecimento de suas posições dentro do Sistema.

Com a realização períodica de eleições, desde 1965, o regime militar visa aparentar que existe democracia no país e, ao mesmo tempo, procura comprometer de certa forma os eleitores com o funcionamento e a manutenção do governo arbitrário.

O povo brasileiro, uma vez mais, está chamado a utilizar o pleito como instrumento de luta contra a ditadura e a causar-lhe contundente derrota.

Eleições, sob o despotismo, não passam de farsa. Desde que os militares assaltaram o poder, o Parlamento Nacional, as Assembléias estaduais e as Câmaras municipais transformaram-se em instituições de fachada que não podem contrariar a vontade dos generais e existem para servir de "cobertura" ao regime tirânico. Sempre que nelas se levantam vozes enérgicas de condenação ao arbítrio, o Executivo intervém usando o Ato Institucional nº 5. O povo não tem o direito elementar de se agrupar em torno de partidos de sua livre escolha, de indicar candidatos aos postos eletivos, de pugnar por programas democráticos e de interesse da nação. É obrigado a votar em um dos dois partidos criados pela ditadura e em candidatos admitidos pelos generais. Não há liberdade - condição essencial para o exercício do voto. A imprensa sofre censura, o rádio e a televisão estão fechados ao debate público. Quaisquer manifestações de cunho antiditatorial, ainda que moderadas, atraem a fúria dos militares e a repressão violenta. Aquilo que nos países medianamente democráticos se considera simples direitos do cidadão, aqui é chamado ação subversiva, sujeita a punições rigorosas.

As eleições de 15 de novembro serão ainda mais limitadas que as anteriores. A fragorosa derrota sofrida pelo governo no pleito de 1974 levou-o a adotar providências destinadas a coibir os setores de oposição. Ele tem clara noção de que o povo é contrário ao Sistema em vigor. Por isso, decretou a Lei Falcão, que restringe drasticamente a propaganda eleitoral. As reuniões e comícios, quando permitidos, são vigiados ostensivamente por forças policiais agressivas a fim de afastar a presença do público. Novos municípios - além dos muitos já enquadrados e das capitais dos Estados, que não elegem seus prefeitos - entraram para a denominada área de segurança nacional, ou seja, terão prefeitos nomeados. Ademais, Geisel ameaça abertamente os que se lhe opõem não apenas com a cassação de mandatos e direitos políticos como também com maior endurecimento do regime. Exige que o MDB "se comporte" e se abstenha de criticar o Sistema, de revelar suas mazelas. Por sua vez, a direção emedebista concordou tacitamente em aparar as arestas de suas críticas. Limita-se a fazer reparos inexpressivos às arbitrariedades e aos descalabros do governo, a uma atividade dita fiscalizadora, que fecha os olhos a tudo, buscando aproximar-se do ditador de plantão.

O povo já tem suficiente experiência de que as eleições patrocinadas pela ditadura não solucionam, no mínimo que seja, seus problemas mais sentidos. Sabe que a vontade do eleitorado manifestada nas urnas é constantemente desrespeitada. Os parlamentares mais combativos, que receberam no último pleito centenas de milhares de sufrágios, foram cassados, outros encontram-se ameaçados ou obrigados ao silêncio. Congresso, Assembléias e Câmaras curvam-se às imposições do Executivo. Enquanto isto, a ditadura militar-fascista conduz o Brasil a uma situação muito grave, que afeta duramente a vida da população e a própria independência nacional. O país debate-se em profunda crise, a inflação progride a ritmos acelerados, a carestia acentua-se e os escândalos sobre negociatas e corrupção multiplicam-se. Os generais descarregam o peso da crise, das di-

ficuldades nas costas do povo.

A verdadeira solução dos problemas do país jamais se efetuará através de eleições, no quadro das atuais classes dominantes e, menos ainda, de eleições bitoladas sob o controle dos generais reacionários. Somente as lutas de massas, em especial as ações revolucionárias, poderão criar as condições para acabar com o regime tirânico, levar ao poder as forças populares e enfrentar os males que afligem a nação.

As eleições, no entanto, mesmo fraudulentas e enganosas, constituem acontecimento político de relativa importância. Sendo o voto obrigatório por lei, o eleitor terá que se manifestar. E os governantes sentem necessidade de camuflar com pretensas consultas às urnas o regime de excessão. Seria errôneo não participar do pleito ou simplesmente desconhecer sua realização. Isto facilitaria as manobras de Geisel e privaria as correntes populares de aproveitar a oportunidade para golpear seus inimigos. Já em 1974, o voto de protesto serviu como poderosa manifestação de inconformismo e repulsa à ditadura, ajudou a desmascarar mais ainda a política dos generais e agravou a crise interna do sistema.

É preciso utilizar as poucas semanas da campanha eleitoral, embora restrita, para levantar as reivindicações democráticas e de interesse do povo tais como a abolição do AI-5, do decreto 477, da censura, da tortura de presos políticos. E desenvolver a luta contra a carestia, pela elevação dos salários, por anistia, em defesa da Constituinte, da liberdade e da independência nacional, reforçando a unidade patriótica, ampliando as ações democráticas, a frente única e a oposição popular.

O voto deve ser empregado como arma de combate, principalmente contra o partido situacionista - a ARENA. Embora o MDB, em particular muitos de seus dirigentes, esteja acomodado e não cumpra o que promete ao eleitorado, objetivamente aparece como força de oposição. Os votos no MDB são votos contra o governo e, ao mesmo tempo, contra a direção emedebista, vacilante e aquietada, que nem sequer deseja alcançar expressiva vitória nas urnas, temendo as ameaças de Brasília. Inegavelmente, a votação maciça no MDB representará um protesto vigoroso contra o regime, o desmascaramento da farsa eleitoral e da orientação fascista. Este será seu significado fundamental. Parte da luta geral contra a ditadura, o repúdio popular expresso no voto da oposição contribuirá para fortalecer o movimento democrático e desgastar as hostes da reação. Sem dúvida, tem importância também apoiar candidatos que mais se identifiquem com as aspirações do povo e se comprometam a defendê-las no cargo que pleiteam.

Mas o protesto popular pode igualmente tomar a forma de voto nulo ou em branco e de abstenção. Setores do povo reagirão dessa forma ao apelo eleitoreiro dos militares. É válida tal atitude. Todavia, semelhante procedimento deve ser adotado sobretudo nos lugares em que os candidatos do MDB sejam mais arenistas que os da ARENA, adesistas descarados e até fascistas. O voto nulo ou em branco se impõe, também, onde não concorre a legenda do MDB. No cômputo geral, esses votos somam contra o governo.

Definindo posição face ao pleito de 15 de novembro, o PC do Brasil reafirma sua orientação em favor da ampla frente-única democrática e da utilização de todas as formas de luta para derrubar a ditadura militar-fascista, conquistar a liberdade política e assegurar ao país um regime de verdadeira democracia e de independência nacional. A vitória somente será alcançada no combate sem trégua aos piores inimigos da nação.

****

OUÇA DIARIAMENTE: RÁDIO TIRANA: Das 20 às 21 horas
Das 22 às 23 horas
Ondas de 31 e 42 metros

RÁDIO PEQUIM: Das 19 às 20 horas
Das 21 às 22 horas
Ondas de 19, 25 e 42 metros

A SÊCA E OUTRAS CALAMIDADES NO NORDESTE

Durante mais de um ano a seca voltou a castigar o Nordeste, grande parte da Bahia e o Norte de Minas Gerais. De acordo com testemunhos insuspeitos, a crise estava assumindo "proporções imprevisíveis". Embora as primeiras chuvas tenham caído em algumas zonas, avolumam-se indícios de nova e cruciante estiagem para o ano de 1977. O superintendente da SUDENE, José Lins, acredita que esta poderá ser uma das piores, senão a pior, dos últimos anos. Portanto a situação das áreas atingidas pelo flagelo tende a se agravar. O regime dos generais, que já revelou seu caráter antiprogressista e toda a sua incapacidade para enfrentar com seriedade o problema, continua a recorrer aos velhos expedientes de seus antecessores e a fazer desbragada demagogia. Agora, lança outro projeto, o SERTANEJO, que longe de atender aos reclamos das grandes massas flageladas, vai beneficiar ainda amis os latifundiários, os grandes negociantes, os industriais da seca e a pequena camarilha de burocratas civis e militares encarregada de aplicar as verbas que deveriam ser destinadas aos camponeses. As forças progressistas e populares não podem ficar passivas diante dessa situação. Têm o dever de ligar-se aos flagelados, de mobilizá-los, de pugnar por medidas concretas e urgentes que os aliviem de seus sofrimentos, de sua miséria. Precisam levantar com firmeza e coragem a bandeira da união e da luta pela derrubada da ditadura militar, atualmente a calamidade maior que se abate sobre o Nordeste e todo o país. Este é o caminho para que as massas camponesas se vejam livres do latifúndio e o povo consiga expurgar de uma vez por todas as pragas que infestam, corroem e debilitam o organismo da nação impedindo-a de se tornar livre, próspera e feliz.

Como consequência da estiagem de 1975/76, a SUDENE viu-se obrigada a admitir que 738 municípios do Polígono das Secas se encontram em "situação irregular e irrecuperável". Isto significa que uma área de 800 mil quilômetros quadrados e uma população de 12 milhões de pessoas estão em sérias dificuldades. No Ceará, por exemplo, os dois rios mais importantes que correm por suas terras ficaram secos. Consideráveis áreas do Leste, do Sudoeste e do Extremo Sul do Estado apresentam aspecto calamitoso. Sofreram perda de 70% as lavouras de milho e de algodão herbáceo e 90% a de feijão. Para sobreviver, grandes levas de camponeses deslocam-se em busca de alimento e trabalho. Um dos mais atingidos foi o Estado da Bahia. 2/3 de seu território e 1/4 de seus habitantes ainda estão a braços com os efeitos do fenômeno. Basta dizer que numa zona cortada pelo rio São Francisco, tendo como centro os municípios de de Barra e Xique-Xique, os poços secaram e os moradores precisavam andar várias léguas a fim de conseguir água. As safras dos principais produtos, mesmo em Irecê, perderam-se totalmente. A rapadura, a farinha e o leite escassearam e eram vendidos pela hora da morte. O êxodo da população tornou-se assustador. Mais de quinhentas mil famílias se achavam inteiramente privadas de recursos, ameaçadas de morrer à míngua.

Refletindo o estado de desespero em que se encontram, as massas flageladas nordestinas voltaram a promover invasões em diversas cidades e lugarejos e a realizar intensas pressões no sentido de obter a satisfação de suas necessidades elementares de comida e trabalho. Mesmo alguns setores das classes dominantes, principalmente instituições religiosas, reclamaram medidas práticas e urgentes para socorrer a região atingida. Porta-vozes dos latifundiários e da grande burguesia propuseram a reatauração do *status* ministerial da SUDENE e sobretudo a destinação de maiores verbas a fim de rechear seus bolsos.

Apesar disto, o governo dos militares tentou minimizar a estiagem e suas consequências. Alguns de eus prepostos nos Estados chegaram ao cúmulo de afirmar que o caso não era de seca mas de "atraso das chuvas". Em seguida, passaram a acusar elementos

da oposição de explorar o fenômeno em proveito próprio e de fazer propaganda escandalosa. E com promessas tranquilizadoras, do tipo das formuladas pelo governador da Bahia, Roberto Santos, asseguraram que não ocorrera mortandade por causa da seca, que ninguém no sertão se achava desassistido nem as autoridades administrativas se locupletavam com a desgraça dos camponeses flagelados.

Na verdade as medidas da ditadura, no sentido de combater o flagelo, revelaram mais uma vez seu caráter pró-latifundiário e anticamponês. O governo Geisel teve de recorrer aos velhos paliativos utilizados pelas classes dominantes para conter o êxodo rural e as ameaças de saques aoao comércio: mandou abrir frentes de trabalho, pagando salários miseráveis aos camponeses, e distribuir quantidades insignificantes de alimentos e de remédios aos mais necessitados. Ao mesmo tempo, colocou o Exército controlando as áreas de maior perigo de turbulência e, praticamente, militarizou as frentes de serviço. Agora, passado quase um ano, anunciou ter gasto mais de um bilhão de cruzeiros nessa assistência de "emergência" para atender mais ou menos 120 mil flagelados, que construíram açudes, estradas etc. E vem de lançar o Projeto SERTANEJO, através do qual pretende implantar 100 núcleos, abrangendo 100 mil propriedades agrícolas. Cada uma destas receberia irrigação numa pequena superfíci de 2,5 a 5 hectares, a fim de revigorar sua economia, combinando a agricultura seca com a irrigada. O regime proclama, assim, a intenção de beneficiar uma área de 280 mil km², ou seja, um terço da região semi-árida, e uma população de 12 milhões de pessoas das 16 que a habitam.

Nada disso porém modificará o quadro "tradicionalmente dramático" que a seca periódica deixa para o sertão nordestino. Da mesma forma que o PROTERRA, o POLONORDESTE, o PLANO DE MODIFICAÇÃO DO CLIMA, o PROJETO SERTANEJO apenas servirá como engôdo do povo e favorecimento da minoria de latifundiários, grandes negociantes e agentes do governo, que manipulam em seu benefício as verbas destinadas aos flagelados. É que no fundo do quadro subsiste a velha calamidade do latifúndio, da exploração e opressão dos camponeses sem terra ou com pouca terra, agravada pela política de fome e repressão da ditadura militar-fascista. Na região está ocorrendo, ao lado da minifundização, um processo relativamente acelerado de concentração fundiária, de desertificação de novas áreas, de marginalização crescente das massas trabalhadoras. Atualmente, até um órgão tão reacionário como "O Estado de São Paulo" concorda em que o problema do Nordeste "não é a falta de chuvas... mas a fragilidade econômica, a pobreza do lavrador nordestino".

É que a seca assume a forma de uma crise econômica que atinge em profundidade as camadas mais pobres do campesinato, principalmente os que não têm terra: moradores, agregados, foreiros, meeiros, rendeiros e outras categorias de camponeses e trabalhadores rurais. Uns são obrigados a se sujeitar ao sistema de arrendamento ou de parceria nas terras dos latifundiários e dos camponeses abastados, ricos, a quem entregam, na forma de renda fundiária e de juros, parte substancial da produção que obtêm. Outros se assalariam ou, como costumam dizer, se alugam. Para todos eles, tudo depende de plantar e colher o "feijão ligeiro", que produz em mês e meio e representa seu prato de resistência enquanto aguardam a realização do plantio e da colheita do milho, do algodão, da mamona e de outros produtos que se comprometeram a cultivar para o proprietário rural. Ao se declarar a seca, eles não só perdem o "feijão ligeiro" como também deixam de receber o "fornecimento" de determinadas quantidades de sal, açucar, querosene, óleo ou banha, ferramentas, remédios etc., porque o latifundiário se nega a aplicar dinheiro numa safra que se lhe afigura impossível. Assim, de um momento para o outro, milhões de camponeses que não possuem nenhuma reserva de alimentos ou de qualquer outra coisa, se vêem privados do mínimo indispensável à própria sobrevivência.

Evidentemente, os camponeses médios também sofrem os efeitos da estiagem, sobretudo quando esta se prolonga. Neste caso, suas reservas de alimentos ou de forragem para o gado logo se esgotam e eles são obrigados a vender por preços irrisórios seus bens, arruinando-se, transformando-se em minifundiários ou em assalariados. Já os camponeses ricos, abastados, embora tenham de arrostar a crise de produção paralelamente à crise financeira, suportam com maior soma de recursos as consequências da seca.

Apenas para o número ínfimo de

latifundiários, de grandes comerciantes e de usurários, bem como para os altos funcionários estatais, o flagelo constitui uma fonte de lucros e vantagens. Isto acontece desde há muito. E quanto mais todo-poderoso se apresenta o governo, mais desenvolvida a técnica e a ciência, mais racionalizada a administração, a seca, ao invés de ter seus efeitos minorados, mais despesas públicas acarreta, mais proveito leva a essa minoria de parasitas que comercializam seus estoques de gêneros alimentícios por preços exorbitantes, obtêm novos financiamentos com juros baixos, vêem construídos açudes em suas terras e abertas estradas que valorizam suas propriedades. Os governantes sustentam com o dinheiro do povo a mão-de-obra que os latifundiários não podem dispensar e enviam tropas para protegê-los em face do perigo de ações dos camponeses famintos e abandonados.

Sob a ditadura militar, o punhado de exploradores e opressores do campo nordestino aumentou suas riquezas e seu poder. O regime dos generais, não obstante a intensa propaganda que promove a respeito de sua política no Nordeste, já se mostrou incapaz de resolver os problemas básicos da região. Os bilhões e bilhões de cruzeiros gastos no falso combate à seca não caíram nas mãos dos verdadeiros necessitados - os camponeses - e sim nas dos latifundiários, dos tubarões e de seus agentes políticos, ao passo que a situação das massas é cada vez mais angustiante e miserável. Provavelmente, o Nordeste é hoje a região do mundo onde se concentra a maior massa de água açudada: uns 10 bilhões de m3. No entanto, a cada seca os camponeses sofrem mais e os padrões da agricultura permanecem quase os mesmos de antigamente.

A solução dos problemas da seca é, essencialmente, política. Embora os homens ainda não tenham condições de evitar esse fenômeno de ordem natural, seus efeitos poderiam ser bastante reduzidos pelos conhecimentos e recursos que a ciência e a técnica colocam à disposição da sociedade e da administração pública. Mas enquanto permanecer a velha estrutura fundiária e o regime reacionário a seu serviço, as sequelas da estiagem serão sempre mais dolorosas e graves para as massas camponesas, para todo o povo brasileiro.

Um programa de ampliação e utilização do volume de águas necessário para desenvolver a economia agropecuária de acordo com os interesses do povo, de provimento de assistência técnica e financeira e de garantia de compensadores preços mínimos aos produtores diretos, bem como de outras providências em favor da maioria dos camponeses nordestinos, tal programa só poderá ser efetivado com a radical transformação da arcaica estrutura agrária dominante e do Poder estatal que a protege. Isto é, para resolver concretamente o problema da seca, é preciso liquidar o sistema latifundiário e burocrático-militar e erigir um sistema em que os próprios camponeses tenham voz e poder de decisão, ou seja, um sistema democrático-popular, baseado na aliança operário-camponesa e sob a direção do proletariado.

O exemplo mais frisante de que o Nordeste pode ser transformado pelo povo num oásis é a existência de grandes e produtivas fazendas, regadas pelo suor dos trabalhadores e beneficiadas pelos açudes ou poços artesianos. Nelas há água, verduras, frutas, gado, peixe, tudo em abundância. Se os recursos da nação forem aplicados em prol das massas, o solo nordestino se converterá rapidamente em terra verdejante e de fartura. A fim de alcançar este grandioso objetivo impõe-se a unidade e a luta revolucionária dos camponeses e de todos os patriotas para extinguir as piores pragas do sertão e do país: o latifúndio, o imperialismo norte-americano, e a ditadura militar.

****

GORDON CONFESSA TRAMA DO GOLPE

Em sua recente viagem ao Brasil o ex-embaixador Lincoln Gordon referiu-se abertamente às articulações conspirativas de que participou com militares e outros elementos reacionários para o golpe de 1964. Recebido festivamente na Associação Comercial de São Paulo ouviu do sr. Paulo Maluf esse agradecimento: "o Brasil hoje vive um clima de tranquilidade, que se estende a nossas famílias e nossos filhos. E isso graças à Revolução de 1964, que também devemos a Vossa Excelência, na época embaixador de seu país no Brasil, um participante ativo do movimento".

Nao é segredo para os patriotas que o imperialismo norte-americano foi o inspirador, o dirigente e o principal beneficiário do golpe militar de 1964, e que esse golpe fez e faz parte de sua estratégia para conter a luta dos povos, ampliar a dominação imperialista no Brasil e reforçar suas posições na América do Sul. Sobram indícios dessa participação. Por exemplo, o general golpista Luís Guedes, falecido este ano, em seu livro "Tinha que ser Minas" - cuja publicação continua proibida até hoje - relata com riqueza de detalhes seus entendimentos com o vice-cônsul dos Estados Unidos em Minas Gerais, Lawrence Laser. Segundo ele, o agente do imperialismo concordou em fornecer a curto prazo equipamento militar para 50 mil homens - blindados, armamentos leves e pesados, munição, combustível, aparelhagem de comunicação etc. - que seria enviado a Minas através do porto de vitória, e só não o foi por desnecessário diante da facilidade com que o putsch se consumou (páginas 285 e seguintes do original).

Entretanto, a ditadura militar e o governo dos EUA sempre têm negado tal conluio, aquela afirmando descaradamente que o golpe de 1964 foi um movimento eminentemente nacional e este alegando com desfaçatez ainda maior que é respeitador do princípio da autodeterminação dos povos. Por ridiculamente falsas essas declarações jamais enganaram nem os patriotas brasileiros, nem os democratas e pessoas honestas em todo o mundo. O sr. Lincoln Gordon sabe bem disso. Ele mesmo relatou ser até hoje alvo de duras críticas dos estudantes norte-americanos por sua partidipação no golpe militar no Brasil.

Mas os fatos são teimosos, não podem ser negados. Algum tempo atrás o próprio Gordon, inquirido perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, admitiu ter ajudado a urdir a derrubada do governo constitucional do Brasil em 1964. Agora, embora com negaceios, ele o vem dizer em solo brasileiro. Ainda que o governador de São Paulo, teleguiado de Geisel, tenha tentado esvaziar as assertivas do ex-embaixador com algumas afirmações ridículas, como de costume, procurando assim confundir a opiniao pública, Gordon encarregou-se de refutar Paulo Egídio, reafirmando o que dissera. E mais: tudo ficou claro com a servil declaração de Paulo Maluf, acima citada.

Com suas afirmativas e circulando desembaraçadamente pelo país, como um suserano em seus domínios, Mr. Lincoln Gordon não deixa de prestar, embora contra a vontade, um serviço ao nosso povo. Ajuda pessoas que tem sido enganadas pela propaganda oficial a compreender o caráter de traição nacional do regime imposto à nação pelos generais reacionários vendidos aos trustes estadunidenses. E acaba por reforçar a denúncia que há muitos anos os patriotas e revolucionários vêm reiteradamente fazendo, apontando o imperialismo ianque como o principal inimigo do povo brasileiro.

A "obra" desse regime a serviço do imperialismo, que tem sido a pauperização dos trabalhadores e a ruína da economia nacional, em favor de um gigantesco saque e enriquecimento dos monopólios internacionais, provoca crescente repúdio popular. Nesse clima, com suas descaradas declarações, o Sr. Gordon ajuda a acender a ainda mais a chama da revolta e faz crescer entre o povo a decisao de de derrubar a camarilha militar traidora e expulsar do solo pátrio os saqueadores imperialistas norte-americanos.

MODELO ECONÔMICO FALIDO

As tentativas da ditadura militar de corrigir o "modelo" de desenvolvimento econômico que implantou estão provocando o aceleramento do processo inflacionário, a maior dependência do país ao capital estrangeiro e a crise econômico-social. As previsões otimistas do ministro da Fazenda, no início do ano, sobre a redução do déficit da balança comercial, em 1976, de 3,5 bilhões para 1 bilhão de dólares, do índice de inflação de 30% para 20%, não corresponderam à realidade. O regime militar busca a saída da crise aprofundando a entrega do país ao imperialismo e agravando as condições de vida do povo, que já não pode tolerar maiores sacrifícios. Basta analisar os resultados da orientação dos generais para comprovar essas verdades. A imensa maioria da nação exige que se ponha fim a esse modelo e sejam varridos seus promotores.

Economia em crise

A atual crise econômica brasileira está relacionada, sem dúvida, com a crise geral do capitalismo e com a crise cíclica que se manifestou agudamente nesse sistema nos últimos três anos. Regida fundamentalmente pelas leis do capitalismo, a economia brasileira não podia escapar dessas crises, tinha de sofrer sua influência negativa, de conformidade com o grau de subordinação em que se acha do sistema imperialista mundial. Não obstante, as causas principais da crise econômica do país estão ligadas ao modelo de desenvolvimento adotado pelos generais, modelo inteiramente baseado na dependência ao capital monopolista internacional, sobretudo norte-americano, e correspondente aos seus interesses e aos dos seus associados internos-a grande burguesia e os latifundiários. São, por conseguinte, mais causas de ordem interna e menos de ordem externa. Isto é, dizem respeito à política econômico financeira aplicada a partir de 1964 pela contra-revolução, que procurou satisfazer aqueles interesses antinacionais e antipopulares através de medidas de caráter fascista a fim de colocar as massas e os setores patrióticos da burguesia nacional à margem das decisões sobre a vida e o futuro da nação.

Nessas circunstâncias, atribuir as dificuldades econômico-financeiras que o país atravessa atualmente ao aumento dos preços do petróleo ou genericamente à crise internacional é engôdo, mistificação, significa fugir à responsabilidade pela condução da política que levou a essa situação, esconder o fracasso do modelo implantado contra a vontade e os interesses do povo.

O exame das razões do déficit da balança comercial prova que elas dizem respeito ao tipo de "desenvolvimento" econômico seguido pelo regime vigente. Isto porque esse "desenvolvimento" depende cada dia mais da importação de bens de capital (máquinas e equipamentos), petróleo, minerais não-ferrosos, fertilizantes, trigo etc. Por exemplo, até julho as importações de bens de capital atingiram 2,1 bilhões de dólares e as de petróleo, 1,9 bilhão. Quer dizer, a ênfase dada pela ditadura à produção de bens de consumo, sobretudo automóveis, em detrimento da produção de bens de capital, determinou um aumento do consumo de gasolina. Ainda pior: enquanto de um lado cresceram os gastos com a importação do petróleo, de outro diminuíram os investimentos na prospecção e exploração do ouro negro nacional. Tudo naturalmente sob o falso argumento de que a matéria-prima estava barata no mercado internacional.

Os apressados remendos no modelo econômico estão longe, porém, de alterar-lhe a fisionomia. A fim de reduzir as importações e estimular as exportações, Geisel impôs o depósito compulsório de 100% para as primeiras e ampliou os favores fiscais e creditícios aos exportadores. No entanto, aquela medida elevou os custos de produção e, em último termo, aumentou a taxa de inflação. Já a segunda medida representa um verdadeiro subsídio, também no sentido inflacionário. No final de contas, é sempre o povo que paga. Também os governantes fizeram alarde em face do decreto que institui a "substituição das importações e insumos básicos", dando origem à EMBRAMEC e à FIBASE. Com isso, aparentemente mostravam disposição de apoiar a

indústria nacional de bens de capital, de não-ferrosos e de fertilizantes. Na prática, contudo, vêm incentivando no setor a instalação das multinacionais que importam, sem pagamento de impostos, máquinas e equipamentos. Como resultado, os produtores nacionais dessa indústria estão operando com capacidade ociosa. Além disso, o financiamento do BNDE favorece a penetração dos capitais estrangeiros sob a forma de "joint ventures". Assim, o controle do ramo termina, de fato, nas mãos das empresas imperialistas, que possuem tecnologia mais avançada, estão vinculadas ao comércio internacional e podem dispor, através dos bancos internacionais, de vultosas somas de dinheiro.

A gravidade do problema dos não ferrosos e dos fertilizantes não pode ser ocultada. É suficiente constatar que no ano passado o país importou 36% do alumínio consumido, 60% do amianto e do cobre, 35% do chumbo, 97% do enxofre, 77% do zinco, 100% do níquel metálico, 44% dos fertilizantes fosfáticos, 60% dos nitrogenados e 100% dos potássicos. Nesses ramos da economia a penetração do capital estrangeiro se faz das mais variadas formas.

Em suma, a política de exarcebado entreguismo da ditadura, ao invés da pretendida auto-suficiência na indústria de base, coloca o país em maior dependência do imperialismo e, em consequência, faz crescer o déficit da balança comercial.

No entanto o déficit mais sério é o do balanço de pagamentos. Até julho, o déficit da conta de serviços (juros, fretes, viagens internacionais, "royalties", dividendos etc.) atingiu quase dois bilhões de dólares. Só em juros foram pagos 950 milhões de dólares referentes a uma dívida de 22 bilhões de dólares. De fretes em navios estrangeiros, 450 milhões; de viagens internacionais - 150 milhões. A exigência de 12 mil cruzeiros de depósito para cada viagem internacional resultou numa economia insignificante. Assim, a dívida externa assume aspecto sombrio. E o pior é que a ditadura pensa encontrar a solução para a cobertura de seus déficits recorrendo sempre e cada vez mais aos empréstimos externos.

Dívida e avassalamento do país

Na base de dados realistas, estima-se que o total do endividamento do Brasil para com os banqueiros internacionais, em especial norte-americanos, até o final do ano chegará aos 28 bilhões de dólares. Para formar idéia da proporção da dívida convém compará-la com a de todos os países do chamado Terceiro Mundo. A do Brasil equivale a 20% da dívida do conjunto desses países. E o endividamento brasileiro nem sequer vê decrescer o seu ritmo. Na verdade, o crescimento da dívida é maior que o ritmo de expansão das exportações. O índice que mede a relação entre a dívida e exportação andava em 1973 em 0,99; em 1976 já está em 2,50. Em face disto, os credores demonstram preocupação, encurtam os prazos de pagamento e elevam os juros... Temem pelo futuro de seu dinheiro. Ao mesmo tempo, procuram fazer novas exigências e tirar partido da situação. Nessa linha, na última reunião do FMI, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, William Simon, declarou: "Enquanto a dívida aumenta para financiar déficits contínuos, um número crescente de países que se atrasaram em reajustar suas economias se aproximarão de um limite além do qual os emprestadores prudentes não irão". O banqueiro ianque David Rockfeller, por seu lado, aparentemente apreensivo com as dívidas do Brasil e do México, também opinou no mesmo diapasão. Nesse quadro surgiram na recente reunião do Conselho de Investimentos Brasil-Estados Unidos, a campanha contra a estatização e impertinentes reclamações de liberalização da Lei de Remessa de Lucros e de medidas de contenção da inflação em favor dos investidores ianques.

Desse modo, o capital estrangeiro vai avassalando o país. A ditadura militar, sob a batuta de Geisel, acelera o processo entreguista. Já rompeu o monopólio estatal do petróleo. Agora financia as empresas imperialistas. Prepara a reformulação da Lei de Remessa de Lucros, no sentido de maiores vantagens ao imperialismo. Cogita de elaborar (se é que já não o fez) a "fórmula" capaz de resolver a questão da dívida externa: a venda da Petrobrás e da Vale do Rio Doce a banqueiros internacionais. Esse processo de avassalamento já vinha sendo denunciado. Mas agora adquiriu feições criminosas, intoleráveis. Ameaça transformar nosso país numa verdadeira colônia de novo tipo do capital estrangeiro, em particular do imperialismo

a diminuição do déficit comercial. O fenômeno inflacionário tem causas estruturais, isto é, as ligadas à dominação do imperialismo e a existência do latifúndio, assim como causas conjunturais, aquelas que se relacionam com a política econômico-financeira dos governantes. É suficiente citar, entre as primeiras, a persistência do comércio desigual que o Brasil mantém com países imperialistas, como os Estados Unidos, para os quais vende por preços cada vez mais baixos e dos quais compra sempre mais caro. Entre as segundas, haja visto os gastos com o pesado aparelho burocrático-militar, em especial o de repressão e espionagem, aparelho corrompido, monstruoso que o povo sustenta pagando elevadíssimos impostos e sendo por ele massacrado, oprimido.

Os generais golpistas de 1964 proclamaram que um de seus objetivos básicos era o de liquidar a inflação. Agora, fontes oficiais confessam que os índices inflacionários já atingiram no período de setembro de 1975 a agosto de 1976, 46,3%. Tudo indica que poderá chegar a 60% até o fim do ano. Desde 1945, esse índice coloca-se entre um dos cinco maiores. Na presunção de contornar tão grave problema, o governo adotou as chamadas medidas clássicas do monetarismo: restringiu créditos, reajustou salários em níveis inferiores ao aumento do custo de vida e está contendo alguns gastos públicos (evidentemente não os das Forças Armadas e da Polícia, pois a filosofia da ditadura é que "com inflação elevada é preciso uma polícia forte"). E ainda estuda medidas para a desvalorização da moeda a fim de satisfazer às exigências do FMI e dos exportadores.

Todas as providências em curso visam a sacudir o peso da crise econômico-financeira nas costas do povo, isto é, impor-lhe maior arrocho e mais pesados sacrifícios. As conseqüências já se fazem sentir. O denominado "desaquecimento" da economia, ou melhor, a recessão, começa a tornar ociosas ou mesmo a paralisar fábricas. Alguns setores da indústria estão dispensando operários. O desemprego ameaça alastrar-se. Na construção civil o número de desempregados já atinge 20% do total de trabalhadores. No ramo têxtil, no das máquinas e equipamentos e no ferroviário também ocorrem dispensas de empregados.

Só os beneficiados pelo atual modelo de desenvolvimento econômico não querem aceitar o fato de que o mesmo está falido e que chegou a hora de acabar com ele. Nessas condições, o agravamento da crise econômica, política e social é inevitável. As contradições de classes se aguçarão no país. A luta contra o entreguismo e pela independência nacional, pela reforma agrária e pela liberdade crescerá simultâneamente com a intensificação das ações das grandes massas em defesa de seus direitos mais elementares e por profundas transformações sociais.

Cabe às forças progressistas, em especial aos comunistas, ligar-se às grandes massas e conduzir suas lutas para o objetivo mais amplo da derrubada do regime militar-fascista.

Continuação da pág. 12: SOLIDARIEDADE COMBATIVA

de exploração do homem pelo homem e marchar pela senda vitoriosa da revolução e do socialismo.

José Montes Córdova
Presidente da Federação de Estudantes do Peru - FEP

Duberli Rodrigues Tineo
Sec. Relações Internacionais - FEP

Cesar Barrera Bazán
I Sec. Geral do Sindicato Único de Trabalhadores na Educação do Peru - SUTEP

Máximo Paz Calle
Sec. de Defesa da Federação de Trabalhadores Mineiros e Metalúrgicos do Peru - FNTMMP

SOLIDARIEDADE COMBATIVA

A imposição de ditaduras militares reacionárias e fascistas na maioria dos países da América Latina não conseguiu nem conseguirá jamais extinguir o sentimento e o dever de solidariedade entre as forças progressistas e revolucionárias que lutam contra a tirania, pela liberdade e a independência nacional, pela verdadeira unidade anti-imperialista de nossos povos. A manifestação de nossos irmaos do Peru em favor dos presos e perseguidos políticos e dos direitos democráticos do povo brasileiro é um testemunho firme, vigoroso e oportuno desse sentimento. A carta que publicamos, ainda que com atraso, reforça nossa convicção de que os laços de unidade combativa dos povos latino-americanos estreitar-se-ão e consolidar-se-ão ainda mais para que triunfe a causa da emancipação nacional e social em que todos estamos empenhados.

Lima-Peru, 1º de abril de 1976.

Senhor

As organizações nacionais abaixo-assinadas, representantes da juventude e dos trabalhadores do Peru, plenamente identificadas com a luta democrática e anti-imperialista dos povos latino-americanos, solicitam ao governo brasileiro, ao recordar neste 1º de abril mais um ano de vigência do Poder Militar no Brasil, o seguinte:

1º. ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA: que outorgue a liberdade incondicional de todos os presos políticos, entre eles a do dirigente operário JOSÉ DUARTE, há vários anos encarcerado pelo único "delito" de ser um provado dirigente proletário; a de HONESTINO GUIMARÃES, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE - e demais lutadores que sofrem repressão. Exigimos a cessação da perseguição, do assassinato e das torturas que se converteram em prática diária das forças repressivas. Deve-se permitir o retorno à pátria dos exilados, assim como a restituição dos direitos civis e políticos dos cidadãos privados dos mesmos.

2º. ABOLIÇÃO DE TODOS OS ATOS E DECRETOS DE EXCESSÃO: particularmente do decreto 477 que impede a livre atividade universitária e estudantil, regula a expulsão de estudantes e de professores que adotam posições democráticas e progressistas em favor do povo, as quais são consideradas "subversivas", privando-os do elementar direito de defesa. Pela abolição do Ato Institucional nº 5 que elimina o universal recurso ao habeas-corpus, cria a pena de morte, põe em mãos da "justiça militar" toda a atividade de oposição ao regime castrense sob a absurda acusação de "crimes contra a segurança nacional" e legaliza outras medidas repressivas e antipopulares.

3º. PLENA VIGÊNCIA DOS DIREITOS E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS: solicitamos o respeito à dignidade e aos direitos do homem, condenamos o uso do terror para esmagar a crescente resistência do povo brasileiro. Repudiamos, do mesmo modo que as consciências democráticas de todo o mundo, os recentes crimes políticos cometidos com as mortes do jornalista VLADIMIR HERZOG, do dirigente proletário ARMANDO FRUTUOSO, do operário metalúrgico MANUEL FIEL FILHO e de outros filhos do povo impunemente assassinados.

Declaramos que os estudantes e o povo do Peru desenvolvem uma ampla campanha de denúncias dos crimes da reação e de solidariedade com o povo brasileiro, o qual, baseando-se na luta revolucionária das massas e com o apoio e a solidariedade internacional de todos os povos latino-americanos e do mundo, mais cedo ou mais tarde, há de enterrar definitivamente o regime

Continua na pág. 11

a diminuição do déficit comercial. O fenômeno inflacionário tem causas estruturais, isto é, as ligadas à dominação do imperialismo e a existência do latifúndio, assim como causas conjunturais, aquelas que se relacionam com a política economico-financeira dos governantes. É suficiente citar, entre as primeiras, a persistência do comércio desigual que o Brasil mantém com países imperialistas, como os Estados Unidos, para os quais vende por preços cada vez mais baixos e dos quais compra sempre mais caro. Entre as segundas, haja visto os gastos com o pesado aparelho burocrático-militar, em especial o de repressão e espionagem, aparelho corrompido, monstruoso que o povo sustenta pagando elevadíssimos impostos e sendo por ele massacrado, oprimido.

Os generais golpistas de 1964 proclamaram que um de seus objetivos básicos era o de liquidar a inflação. Agora, fontes oficiais confessam que os índices inflacionários já atingiram no período de setembro de 1975 a agosto de 1976, 46,3%. Tudo indica que poderá chegar a 60% até o fim do ano. Desde 1945, esse índice coloca-se entre um dos cinco maiores. Na presunção de contornar tão grave problema, o governo adotou as chamadas medidas clássicas do monetarismo: restringiu créditos, reajustou salários em níveis inferiores ao aumento do custo de vida e está contendo alguns gastos públicos (evidentemente não os das Forças Armadas e da Polícia, pois a filosofia da ditadura é que "com inflação elevada é preciso uma polícia forte"). E ainda estuda medidas para a desvalorização da moeda a fim de satisfazer às exigências do FMI e dos exportadores.

Todas as providências em curso visam a sacudir o peso da crise econômico-financeira nas costas do povo, isto é, impor-lhe maior arrocho e mais pesados sacrifícios. As conseqüências já se fazem sentir. O denominado "desaquecimento" da economia, ou melhor, a recessão, começa a tornar ociosas ou mesmo a paralisar fábricas. Alguns setores da indústria estão dispensando operários. O desemprego ameaça alastrar-se. Na construção civil o número de desempregados já atinge 20% do total de trabalhadores. No ramo têxtil, no das máquinas e equipamentos e no ferroviário também ocorrem dispensas de empregados.

Só os beneficiados pelo atual modelo de desenvolvimento econômico não querem aceitar o fato de que o mesmo está falido e que chegou a hora de acabar com ele. Nessas condições, o agravamento da crise econômica, política e social é inevitável. As contradições de classes se aguçarão no país. A luta contra o entreguismo e pela independência nacional, pela reforma agrária e pela liberdade crescerá simultâneamente com a intensificação das ações das grandes massas em defesa de seus direitos mais elementares e por profundas transformações sociais.

Cabe às forças progressistas, em especial aos comunistas, ligar-se às grandes massas e conduzir suas lutas para o objetivo mais amplo da derrubada do regime militar-fascista.

Continuação da pág. 12: SOLIDARIEDADE COMBATIVA

de exploração do homem pelo homem e marchar pela senda vitoriosa da revolução e do socialismo.

José Montes Córdova *Presidente da Federação de Estudantes do Peru - FEP*	*Duberli Rodrigues Tineo* *Sec. Relações Internacionais - FEP*
Cesar Barrera Bazán *I Sec. Geral do Sindicato Único de Trabalhadores na Educação do Peru - SUTEP*	*Máximo Paz Calle* *Sec. de Defesa da Federação de Trabalhadores Mineiros e Metalúrgicos do Peru - FNTMMP*